

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão Temporária sobre a Presumível Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e Detenção Ilegais de Prisioneiros

6 de Junho de 2006

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Nº2

Assunto: Relatório da delegação da Comissão Temporária sobre a Presumível Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e Detenção Ilegais de Prisioneiros à Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)

Os membros da comissão encontrarão em anexo um relatório da delegação à ARJM, elaborado pelo Secretariado, sob a responsabilidade da Deputada Sylvia-Yvonne Kaufmann, presidente da delegação.

DIRECÇÃO-GERAL
DAS POLÍTICAS INTERNAS

CM\617396PT.doc

PE 374.316v01-00

Tradução Externa

PT

PT

A. INTRODUÇÃO

Na audição da Comissão Temporária sobre a Presumível Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e Detenção Ilegais de Prisioneiros realizada em 13 de Março de 2006, o Sr. Khaled el-Masri testemunhou que esteve detido na ARJM de 31 de Dezembro de 2003 a 23 de Janeiro de 2004. Foi depois transportado de Skopje para Cabul, onde ficou detido até Maio de 2004. Em 23 de Março de 2006, a Comissão Temporária decidiu enviar uma delegação à ARJM, uma vez que este caso se enquadra no seu mandato, nos termos do nº 1, alínea a), da Resolução do Parlamento Europeu de 18 de Janeiro de 2006¹ e, além disso, porque o Governo da ARJM não confirmou a descrição do Sr. Masri. A visita da delegação da Comissão Temporária à Antiga República Jugoslava da Macedónia teve lugar entre 27 e 29 de Abril de 2006.

A delegação foi presidida pela Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Deputada Sylvia-Yvonne Kaufmann. A delegação integrou ainda quatro outros membros da Comissão Temporária, acompanhados por administradores do Parlamento Europeu e dos grupos políticos. Dentro do espírito de boa cooperação com o Conselho da Europa, acompanhou a delegação em Skopje um participante convidado da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Homem do Secretariado da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE). A lista completa de participantes consta do Anexo I a este relatório.

Foi prestada assistência organizativa e logística à delegação pelas autoridades da ARJM, pela Delegação da UE e pela Agência Europeia para a Reconstrução.

A Comissão Temporária discutiu um relatório oral da delegação na sua reunião de 4 de Maio de 2006. A presidente da delegação e o relator da Comissão Temporária organizaram duas conferências de imprensa: em Skopje, em 28 de Abril de 2006, e em Bruxelas, em 4 de Maio de 2006.

¹ Resolução do Parlamento Europeu referente à constituição de uma Comissão Temporária sobre a presumível utilização pela CIA de países europeus para o transporte e detenção ilegais de prisioneiros, P6_TA-PROV(2006)0012.

B. LISTA DE REUNIÕES

Entre 27 e 29 de Abril de 2006, a delegação teve reuniões oficiais com as seguintes personalidades (por ordem cronológica):

- Branko CRVENKOVSKI, Presidente da República,
- Radmila SEKERINSKA, Vice-Primeira-Ministra,
- Slobodan CASULE, membro do Parlamento, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (entre Novembro de 2001 e Novembro de 2002),
- Siljan AVRAMOVSKI, Director-Adjunto da Direcção de Segurança e Contra-Informação,
- Ljubomir MIHAILOVSKI, Ministro do Interior (desde Dezembro de 2004),
- Karolina RISTOVA-ASTERUD, Presidente da Comissão dos Assuntos da UE do Parlamento,
- Ganka SAMOILOVSKA CVETANOVA, membro das comissões parlamentares dos Assuntos da UE e das Relações Externas,
- Teuta ARIFI, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos,
- Ljupco JORDANOVSKI, Presidente do Parlamento,
- Mirjana NAJCEVSKA, Presidente do Comité de Helsínquia macedónio,
- Esad RAHIC, Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa e Segurança,
- Stojan ANDOV, Presidente da Comissão Permanente de Inquérito para a Protecção das Liberdades e dos Direitos Cívicos,
- Zvonimir JANKULOVSKI, antigo embaixador da ARJM no Conselho da Europa (entre Março de 2002 e Março de 2005).

Além das reuniões oficiais:

- A delegação visitou o Hotel SKOPSKI MERAK, em Skopje, onde esteve o Sr. el-Masri,

- Foi organizada uma conferência de imprensa,
- Os membros da delegação participaram, a convite do embaixador da UE em Skopje, numa recepção com embaixadores de Estados-Membros da UE no país;

A agenda da delegação consta do Anexo II ao presente relatório.

C. REUNIÕES COM REPRESENTANTES DAS AUTORIDADES

I. Apresentação do contexto político

Os representantes das autoridades iniciaram as entrevistas apresentado a situação política do país:

- A Antiga República Jugoslava da Macedónia é um país candidato à UE (adesão) e deseja cumprir todas as condições estabelecidas nos critérios de Copenhaga, em especial no que respeita a instituições estáveis, capazes de garantir a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito pelas minorias.
- Todas as instituições da ARJM deram total cooperação à Comissão Temporária. Ficou claro que o caso el-Masri é de extrema importância para a ARJM, que deseja demonstrar a preparação do país para a adesão à UE. Se necessário, o Governo da ARJM prefere admitir ter cometido erros a pôr em risco a reputação do país.
- Foi chamada a atenção para a situação política/demográfica/geográfica específica do país: minorias étnicas e religiosas significativas, recentes conflitos étnicos violentos, número crescente de terroristas estrangeiros que procuram desestabilizar o país e a vizinhança do instável Kosovo. Foi afirmada a necessidade de estreita cooperação com os EUA no combate ao terrorismo.

II. Envolvimento em e conhecimento dos factos relativos ao caso el-Masri

Durante as reuniões, todos os representantes do Governo apresentaram a versão oficial dos acontecimentos relativos à presença do Sr. el-Masri no país. Foi dito que as autoridades da ARJM só tiveram conhecimento do caso el-Masri quando este apareceu nos meios de comunicação social. O Ministério do Interior iniciou a investigação do caso quando

recebeu do Conselho da Europa uma carta com perguntas. Os resultados da investigação das autoridades da ARJM foram os seguintes:

O Sr. el-Masri entrou na ARJM pela fronteira de TABANOVCE, na tarde de 31 de Dezembro de 2003. Viajava num autocarro de carreira. Foi-lhe pedido que saísse para ser interrogado, e o autocarro partiu da fronteira com os restantes passageiros, mas sem ele.

O Sr. el-Masri foi interrogado no posto fronteiriço durante 4 horas, até cerca das 20h00, encontrando-se presentes guardas fronteiriços e agentes da polícia antiterrorismo. Foi com base na avaliação da guarda fronteiriça que o interrogatório do Sr. el-Masri teve lugar – não houve advertências ou instruções externas para o fazer. Duas razões foram repetidamente apresentadas para este interrogatório pelos funcionários governamentais:

- O interrogatório foi de rotina e destinava-se à verificação dos documentos, a conhecer a finalidade da visita ao país e a saber se a pessoa possuía dinheiro suficiente para cobrir as suas despesas.*
- O Sr. el-Masri levantou suspeitas entre os guardas porque era muito invulgar um estrangeiro que não conhece o país e o visita pela primeira vez chegar na véspera do Ano Novo. Como o passaporte do Sr. el-Masri era relativamente novo, pôs-se a questão de saber se era falso. Nessa altura, havia muitos suspeitos de terrorismo de nacionalidade estrangeira a tentar entrar no país e, por isso, a polícia precisava de ser muito cautelosa e desconfiada.*

Durante o interrogatório, um funcionário do Ministério do Interior em Skopje (a pedido dos funcionários fronteiriços) consultou a base de dados da Interpol em Lyon, para saber se o Sr. el-Masri constava da lista de pessoas procuradas. No entanto, na base de dados da Interpol não havia qualquer informação sobre o Sr. el-Masri. A embaixada da Alemanha em Skopje não foi contactada para verificar a autenticidade do passaporte, porque os funcionários da fronteira estavam em condições de fazer essa verificação.

Após o interrogatório, e não tendo sido encontrado motivo para o reter, o Sr. el-Masri foi libertado e foi-lhe permitido entrar no país. Não há registo sobre a forma como chegou a Skopje.

No mesmo dia, o Sr. el-Masri hospedou-se no Hotel Skopski Merak, em Skopje. A sua estada de 23 dias consta dos registos do hotel e há uma factura desta estada. Além

disso, a estada do Sr. el-Masri foi inscrita no registo de estrangeiros dos Serviços de Imigração.

As autoridades da ARJM não têm outros registos ou qualquer outra informação sobre a estada de 23 dias do Sr. el-Masri no hotel. No entanto, não teria sido possível deter alguém no hotel durante um período tão movimentado e num local aberto a toda a gente.

Os registos da fronteira de BLACE confirmam que, em 23 de Janeiro de 2004, o Sr. el-Masri saiu do país, entrando no Kosovo. Uma vez que a ARJM apõe um carimbo de saída, a data e o local da partida do Sr. el-Masri serão confirmadas pelo seu passaporte.

Todas as informações que as autoridades da ARJM possuem sobre este caso foram enviadas ao Conselho da Europa. Em Março de 2006, o Ministério do Interior respondeu ao pedido de assistência judiciária do Governo alemão. No entanto, não foi autorizado à Comissão Temporária o acesso ao conteúdo dessa resposta nem lhe foi fornecida qualquer documentação a esse respeito. Mais especificamente, o Ministério do Interior considerou que não estava autorizado a fornecer registos sobre a investigação feita na fronteira de TABANOVCE. O Ministério do Interior não tinha documentação relativa ao registo e à factura do hotel, que deveriam ser obtidas directamente do hotel. No entanto, foram fornecidas à delegação amostras dos carimbos dos postos fronteiriços de TABANOVCE e BLACE.

As autoridades sublinharam que não tiveram qualquer envolvimento em acontecimentos relativos ao Sr. el-Masri depois de este ter sido libertado na fronteira em 31 de Dezembro de 2003, durante a sua estada no país ou depois da sua partida, em 23 de Janeiro de 2004. Os serviços secretos estrangeiros não são autorizados a operar na ARJM, embora as autoridades não disponham de instrumentos de controlo. Não há registos acerca de actividades da CIA ou dos serviços secretos de outro país terceiro na ARJM e, especificamente, não há indicações do seu envolvimento no caso do Sr. el-Masri.

Foi afirmado que as autoridades da ARJM não tinham informações sobre o facto de o avião referido pelo Sr. el-Masri ser efectivamente um avião da CIA e que não havia informações relativas a quaisquer passageiros.

As autoridades da ARJM declararam que nunca tinham sido oficialmente informadas sobre um carimbo do aeroporto de Skopje, datado de 23 de Janeiro de 2004, no passaporte

do Sr. el-Masri e consideraram esta informação uma especulação.

As reuniões da delegação com o Sr. AVRAMOVSKI, Director-Adjunto da Direcção de Segurança e Contra-Informação, e com o Sr. MIHAILOVSKI, Ministro do Interior, foram gravadas em fita magnética pelas autoridades da ARJM. As autoridades estão dispostas a fornecer mais qualquer informação que seja necessária sobre o caso do Sr. el-Masri.

D. REUNIÕES COM O PRESIDENTE DO PARLAMENTO E COM PRESIDENTES DE COMISSÕES

A principal questão discutida com os membros do Sobranie (Parlamento) foi a atitude passiva dos órgãos parlamentares em relação ao inquérito do caso el-Masri. Não houve qualquer actividade no Parlamento, à excepção de uma pergunta parlamentar de um deputado da oposição ao Ministro do Interior. Foi dito à delegação que o Parlamento da ARJM não iria criar uma comissão de inquérito, uma vez que há duas comissões permanentes (fiscalização dos serviços secretos e direitos humanos), que são competentes para tratar do caso.

Todos os dirigentes políticos do Sobranie tomaram a posição de que nem o Sobranie nem as suas comissões iriam abrir um inquérito, apenas porque não havia qualquer petição do Sr. el-Masri. No entanto, alguns deputados da oposição e um especialista em direitos humanos confirmaram que, nos termos do Regimento, tal inquérito poderia ser aberto sem um pedido pessoal da vítima. A maior parte dos interlocutores parlamentares sublinharam que o Parlamento só teria tratado do caso se houvesse uma petição da alegada vítima. Além disso, foi alegado que o Parlamento está tão ocupado a alterar leis em conformidade com o acordo de paz de Ohrid que não tem tempo para tratar do problema.

Há duas comissões parlamentares que, pelos seus mandatos, são competentes para analisar o caso el-Masri: a Comissão Permanente de Inquérito para Protecção das Liberdades e dos Direitos Cívicos e a Comissão de Fiscalização da Actividade da Direcção de Segurança e Contra-Informação e da Agência de Informação de Segurança. Foram fornecidas as seguintes explicações para a inactividade destas comissões:

- O Presidente da Comissão Permanente de Inquérito para Protecção das Liberdades e dos Direitos Cívicos foi contactado pelo Sr. Gnjjidic, advogado do Sr. el-Masri. Foi

comunicado ao Sr. Gnjudic que o caso do Sr. el-Masri poderia ser tratado pela comissão se o Sr. el-Masri o requeresse formalmente. Na ausência dessa petição, a comissão não iniciou qualquer processo de inquérito.

- A Comissão de Fiscalização da Actividade da Direcção de Segurança e Contra-Inteligência e da Agência de Informação de Segurança não reúne há 3 anos, desde que o seu presidente, Ljube Boshkoski, foi preso pelo Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia. Segundo a interpretação que o Parlamento faz do seu Regimento, a comissão só pode ser convocada pelo respectivo presidente, salvo se este se tiver demitido.

E. REUNIÕES COM A OPOSIÇÃO E PERITOS INDEPENDENTES

Durante as reuniões com políticos da oposição e peritos independentes, a delegação da Comissão Temporária obteve informações sobre a situação política e o funcionamento dos mecanismos de protecção dos direitos humanos no país susceptíveis de pôr em causa a disposição das autoridades para esclarecer o caso do Sr. el-Masri, embora não tenha obtido qualquer informação específica sobre o caso propriamente dito. Foram-lhe fornecidas as seguintes declarações e informações:

- O caso do Sr. el-Masri, tal como este o descreve, podia ter acontecido na ARJM, porque é assim que a polícia, por vezes, trabalha no país (foram dados exemplos de casos locais semelhantes, em que foram violados os direitos humanos, em especial casos de detenção ilegal). A ARJM é conhecida por não respeitar os direitos humanos – há queixas constantes ao Provedor de Justiça. A polícia da ARJM costumava utilizar apartamentos particulares para interrogatórios ilegais (as chamadas “conversas informativas”) – o que, em alguns casos, foi provado em tribunal. Há casos de imigrantes ilegais e de suspeitos de terrorismo que foram entregues a agentes estrangeiros. O aeroporto de Skopje é utilizado tanto para fins civis como militares. As autoridades da ARJM não têm controlo total sobre o aeroporto, parte do qual é controlado pela KFOR, pela NATO e pelos EUA. É habitual a polícia exceder o seu mandato legal e o Governo negar essas violações da

lei. Uma razão para o Governo não investigar devidamente o caso poderá ser a intenção de proteger a polícia enquanto instituição.

- A polícia faz sempre registos das suas próprias actividades, pelo que, se o caso el-Masri for verdadeiro, deverá haver registo dele. Talvez o Provedor de Justiça da ARJM possa obter esse registo, já que tem direito de acesso a todos os documentos, incluindo os classificados.
- A pressão política dos EUA sobre as autoridades da ARJM é por vezes brutal (foram dados exemplos). O Governo foi provavelmente solicitado pelos EUA a prestar serviços adicionais, dentro do espírito da “coligação de vontades”. Os funcionários do FBI presentes no Ministério do Interior dão formação à polícia da ARJM. A CIA e a Agência de Informação Macedónia têm um acordo em matéria de formação, o qual implica, *inter alia*, a abertura do país às actividades da CIA. Todos os efectivos da segurança e alguns oficiais do exército são treinados por agências americanas.
- Há no país cinco instituições que poderiam investigar o caso por iniciativa própria, mas nenhuma delas iniciou qualquer investigação:
 - o Provedor de Justiça ,
 - o Ministério Público,
 - a Comissão Permanente de Inquérito para Protecção das Liberdades e dos Direitos Cívicos do Sobranie,
 - a Comissão de Fiscalização da Actividade da Direcção de Segurança e Contra-Informação e da Agência de Informação de Segurança do Sobranie,
 - um organismo de inspecção interna do Ministério do Interior.
- O Parlamento e as suas comissões podem iniciar inquéritos de iniciativa sem petição de uma vítima. A experiência mostra que os relatórios da comissão parlamentar dos direitos humanos que vão contra a posição oficial das autoridades são sempre reprovados no plenário do Sobranie.
- Não há uma única instituição do Estado que seja independente – todas são dirigidas por pessoas ligadas a partidos políticos, que são leais a estes. Além disso, as autoridades são muito eficientes no silenciamento dos jornalistas de investigação – se

há um escândalo, é noticiado nos meios de comunicação social, mas, depois, não é investigado e, passado pouco tempo, o assunto é esquecido e deixa de ser discutido.

- A oposição vai insistir num inquérito parlamentar sobre este caso, a fim de que ele seja suficientemente esclarecido para não dar azo a especulações sobre o envolvimento das autoridades da ARJM. Se o que o Sr. el-Masri afirma é verdade, as autoridades da ARJM devem pedir desculpa e compensar o Sr. el-Masri. Esta evolução do caso demonstraria um funcionamento correcto do sistema legal na ARJM e, subsequentemente, o cumprimento das normas europeias de protecção dos direitos humanos.
- Foi recomendado um encontro com o Sr. Hari Kostov, Ministro do Interior aquando da ocorrência dos factos.

F. VISITA AO HOTEL SKOPSKI MERAK, NO QUAL O SR. EL-MASRI FICOU HOSPEDADO EM SKOPJE

A delegação decidiu visitar o hotel onde ficou o Sr. el-Masri e onde alega ter sido detido incomunicável. As reuniões da delegação no Ministério do Interior da ARJM tornaram mais claramente necessária a visita ao hotel, uma vez que a delegação recebeu pela primeira vez a confirmação das autoridades de que o Sr. el-Masri esteve no hotel, mas não lhe foi disponibilizada qualquer prova documental (especificamente, uma cópia do registo do hotel ou da conta paga pelo Sr. el-Masri). Nas suas reuniões no Ministério, a delegação foi instada a pedir esses documentos no hotel.

A visita ao hotel foi organizada pela delegação da UE em Skopje. Quando a delegação da Comissão Temporária chegou ao hotel, não estava presente qualquer membro da direcção, mas apenas pessoal menor, a trabalhar ali há menos de um mês. O proprietário/director do hotel partira de Skopje para férias no próprio dia da visita e o pessoal do hotel não quis telefonar-lhe. O pessoal presente não tinha conhecimento de quaisquer factos relativos à estada do Sr. el-Masri no hotel e não estava autorizado a apresentar quaisquer documentos a ela referentes.

A delegação só pôde observar rapidamente documentos correntes do hotel, a título

de exemplo de como este funciona. A delegação obteve uma tabela de preços dos quartos, que permitiu calcular o custo da estada do Sr. el-Masri no hotel em cerca de 2 500 euros.

G. AVALIAÇÃO DA VISITA E CONCLUSÕES

A delegação à ARJM revelou-se muito útil para a clarificação das partes do testemunho do Sr. el-Masri que podiam ser confirmadas pelas autoridades, dos acontecimentos relatados que poderão ter ocorrido e das partes do seu testemunho que requerem mais investigação.

Os membros da delegação apreciaram o apoio declarado ao trabalho da Comissão Temporária oferecido pelo Presidente da República. Os membros da delegação e as autoridades da ARJM concordaram em que o esclarecimento do caso el-Masri poderia ser uma questão fulcral no processo da adesão do país à UE. Os representantes das autoridades apresentaram-se bem preparados para as reuniões com a delegação.

A delegação soube pela primeira vez que as autoridades da ARJM confirmam que o Sr. el-Masri esteve num hotel em Skopje, como este relatara. Foi repetido que o Sr. el-Masri entrou na ARJM em 31 de Dezembro de 2003 e que deixou o país em 23 de Janeiro de 2004.

Por outro lado, as autoridades negaram a parte restante do testemunho do Sr. el-Masri, em especial a sua detenção durante 23 dias e a sua saída do país, contra sua vontade, através do aeroporto de Skopje.

Não foi entregue à delegação um único documento que pudesse comprovar o decurso dos acontecimentos relatado pelas autoridades da ARJM, para além das explicações verbais apresentadas pelos seus representantes.

A delegação soube que o Ministério Público de Munique recebeu uma resposta formal das autoridades da ARJM ao pedido alemão de assistência judiciária. A delegação não teve acesso a esses documentos. A cooperação com o Ministério Público será decisiva

para dissipar as dúvidas que persistem sobre o curso dos acontecimentos.

As entrevistas com interlocutores não-governamentais conduziram à convicção de que as autoridades da ARJM e outras instituições oficiais responsáveis pela protecção dos direitos humanos não investigaram o caso, mostrando não se interessar por ele ou não tomando as iniciativas adequadas para clarificar o envolvimento das autoridades.

Além disso, as entrevistas transmitiram uma imagem de cooperação extraordinariamente estreita entre as autoridades da ARJM e as agências de segurança dos EUA, em especial no combate ao terrorismo.

As autoridades da ARJM excluem a possibilidade de qualquer envolvimento do país ou dos serviços de informação americanos no caso do Sr. el-Masri.

A delegação fez muitas perguntas e obteve algumas respostas, mas ainda há muitas questões em aberto. A Comissão Temporária precisa de seguir o caso e de cooperar com outras instituições que efectuem investigações semelhantes; em especial, a comissão de inquérito do Bundestag alemão e as conclusões do Ministério Público de Munique poderão ser cruciais para esclarecer as incoerências que persistem.

ANNEX I

List of the delegation participants

Members of the TDIP Committee:

1. Sylvia-Yvonne KAUFMANN (GUE/NGL), the chairwoman of the delegation as the most senior member of the delegation - Vice President of the European Parliament (in absence of the TDIP Chairman Carlos COELHO, who had health problems),
2. Claudio FAVA (PES), Rapporteur,
3. Wolfgang KREISSL-DÖRFLER (PES),
4. Raül ROMEVA I RUEDA (GREENS),
5. Ryszard CZARNECKI (NON ATTACHED).

Staff:

1. François NÉMOZ-HERVENS (Head of the TDIP Secretariat),
2. Tomasz BAŃKA (TDIP Secretariat),
3. Anita TUSAR (PES),
4. Ottavio MARZOCCHI (ALDE),
5. Jean-Luc ROBERT (GREENS),
6. Jens WOLFRAM (GUE/NGL).

In the spirit of good cooperation with the Council of Europe, Gavin SIMPSON, of the Secretariat of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe's (PACE) Committee on Legal Affairs and Human Rights was accompanying the delegation in Skopje.

ANNEX II

Agenda of the delegation

Thursday, April 27th

15.30	Arrival to the Skopje airport	
16.30 - 17.00	Branko CRVENKOVSKI	President of the Republic
17.30 - 18.20	Radmila SEKERINSKA	Deputy Prime Minister
18.45 - 20.00	Slobodan CASULE	MP, former Minister of Foreign Affairs
20.15	Reception on invitation of the Head of the European Commission Delegation in Skopje, Erwan FOUERE, with the participation of EU Member States Ambassadors.	

Friday, April 28th

9.15 - 9.55	Siljan AVRAMOVSKI	Deputy Director of the Security and Counter-Intelligence Directorate
10.00 - 11.30	Ljubomir MIHAILOVSKI	Minister of Interior
11.35 - 12.30	Joint Meeting with Members of the Parliament:	
	Karolina RISTOVA-ASTERUD (in the chair)	President of the Parliament's EU Affairs Committee

	Stojan ANDOV	President of the Standing Inquiry Committee for Protection of Civil Freedoms and Rights
	Teuta ARIFI	President of the Foreign Affairs Committee and other members of the Parliament
	Ganka SAMOILOVSKA CVETANOVA	Member of the Parliament's EU Affairs and Foreign Affairs Committees
14.15 - 14.45	Ljupco JORDANOVSKI	President of the Assembly
15.00 - 16.25	Mirjana NAJCEVSKA	President of the Macedonian Helsinki Committee
16.30 - 17.20	Esad RAHIC	President of the Parliamentary Committee for Defence and Security
17.20- 18.00	Stojan ANDOV	President of the Standing Inquiry Committee for Protection of Civil Freedoms and Rights
19.30 - 20.00	Press conference	
Saturday, April 29th		
9.30 - 10.30	Zvonimir JANKULOVSKI	former FYROM Ambassador to the Council of Europe
11.00 - 15.00	Visit to the hotel , where Mr. el-Masari claims to had been detained	
16.55	Departure from the Skopje airport	